

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: O LADO INVISÍVEL DO PARTO

OBSTETRIC VIOLENCE: THE INVISIBLE SIDE OF LABOR

Lorendany Macedo da Costa¹
Maria Raniely de Sousa Oliveira¹
Suelen Ferreira Rocha²
Bruno de Pinho Amaral³
Kelly Karoline Eugênio⁴
Carla Silvana de Oliveira e Silva⁵
Renê Ferreira da Silva Junior⁶

RESUMO

Objetivo: Identificar artigos que tenham relações com a violência obstétrica, mostrando o lado invisível que ocorre durante o processo de parto. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, método da Prática Baseada em Evidência (PBE), buscas realizadas entre os meses de maio e junho de 2018 nas bases de dados LILACS, SciELO e BDENF. A partir dos critérios de inclusão e exclusão foram selecionados 20 artigos. **Resultados:** A violência obstétrica é tratada como uma violência de gênero que tem a necessidade de ser abordada e levada ao conhecimento de forma judicial. O desconhecimento das mulheres sobre o assunto as torna vulneráveis a sofrer algum tipo de violência obstétrica. **Conclusão:** É notório que a falta de informação favorece para que inúmeros fatores venham a ocorrer e a mulher, diante de seu estado de vulnerabilidade, não consegue identificar. A necessidade de se ter medidas de prevenção, como a capacitação dos profissionais que, muitas vezes também desconhecem os fatos, possibilita que ocorra a diminuição ou até mesmo a erradicação de casos hospitalares a violência obstétrica.

Palavras-chaves: Gravidez; Trabalho de Parto; Violência; Violência obstétrica; Profissionais.

ABSTRACT

Objective: to identify articles which have relations with the obstetric violence, showing the invisible side which occurs during the process of childbirth. **Method:** it is an integrative literature review, method of evidence-based Practice (PBE), searches conducted between the months of May and June 2018 in the databases LILACS, SciELO and BDENF. The inclusion and exclusion criteria, 20 articles were selected. **Results:** obstetric violence is treated as a gender violence that need to be addressed and have a smattering of legal form. The lack of knowledge that women have, make them vulnerable to suffer some kind of obstetric violence. **Conclusion:** it is obvious that the lack of information encourages to that numerous factors come to occur, and the woman in front of your vulnerable state

¹ Acadêmicas do 8º Período, graduação em enfermagem, Faculdade de Saúde Ibituruna- FASI.

² Enfermeira. Universidade Estadual de Montes Claros.

³ Especialista em Saúde da Família. Médico. Universidade Estadual de Montes Claros.

⁴ Especialista em Formação Pedagógica em Educação Profissional. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

⁵ Residente em Saúde da Família e Comunidade. Médica. Universidade Estadual de Montes Claros.

⁶ Mestre em Ensino em Saúde. Enfermeiro. Docente das Faculdades Unidas do Norte de Minas Gerais.

Autor para correspondência

Renê Ferreira da Silva Junior. Endereço Rua Santos Leite, número 05, apartamento 201, Santo Expedito, contato: 38 991741457, e-mail: renejunior_deny@hotmail.com



can't identify. The need to take preventive measures such as the training of professionals who also often are unaware of the facts makes on this approach come the decrease or even be eradicated violence obstetric hospital cases.

Keywords: Pregnancy; Labor, Obstetric; Violence; Obstetric violence; Professionals.

INTRODUÇÃO

A gestação e o parto fazem parte do ciclo feminino, é um processo fisiológico que ocorre na vida das mulheres, e elas a precisam ter conhecimento de todos os momentos de sua gravidez. Logo, cabe ressaltar a importância dos serviços prestados à mulher, e também a presença de profissionais bem qualificados para a garantia do direito na qualidade da assistência e atendimento humanizado, promovendo saúde para a mãe e o filho (RODRIGUES *et al.* 2015).

Com a garantia do atendimento humanizado, o parto, por sua vez, terá assistência de qualidade, diminuindo tensões e medos durante todo processo de nascimento da criança, com mínimas intervenções dos profissionais, permitindo o ritmo que o próprio corpo produz (ANGELINA *et al.*, 2015).

A gravidez é um dos momentos mais esperado na vida de uma mulher, quando ocorrem vários processos naturais e fisiológicos, mudanças físicas e psicológicas, que levam a mulher a ter um novo papel social, o papel de mãe (QUEIROZ *et al.*, 2017).

Durante todo processo de gravidez e no momento do parto até o nascimento, a mulher passa por muitas oscilações de sentimentos, levando-a a sentir solidão, insegurança e medo, devido a seu estado de vulnerabilidade. Um dos meios de evitar esses sentimentos é receber apoio profissional, fazendo-a se sentir mais tranquila e acolhida. Mas isso muitas vezes não acontece, fator que favorece para que ocorram casos de violência (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

Segundo a Organização Mundial de Saúde, violência é qualquer ato que venha a causar algum tipo de dor e sofrimento com um grau significativo de consequência. Vários tipos de violência se manifestam e são bem visíveis pela sociedade devido a sua grande expansibilidade (SAUAIA; SERRA, 2016).

Um tipo de violência que vem tomando espaço e ocorre com frequência são as violências obstétricas que são atos que causam danos físicos, sexual e psicológicos na mulher. É um tipo de violência que ainda passa despercebida devido à falta de conhecimento de parte de algumas mulheres e é encoberta por aqueles que presenciam tal situação (BARBOZA; MOTA, 2016). A violência obstétrica engloba: negligência na assistência, discriminação social/racial, violência verbal, física e até mesmo o abuso sexual (RODRIGUES *et al.*, 2015).

Sabe-se que a violência obstétrica pode acontecer no pré-parto, durante e após o parto. Estudos feitos revelam que 25% das mulheres no Brasil já sofrem esse tipo de violência. A cada 4 mulheres, uma revela ter sofrido violência obstétrica (SOUZA *et al.*, 2016). As que mais ocorrem são as do tipo psicológico por conta de destrato, negligências e tratamento indevido por parte dos profissionais de saúde (SILVA *et al.*, 2015).

Algumas práticas realizadas nos hospitais públicos e privados de forma desnecessária, como a episiotomia, manobra de Kristeller, anestesia, representam que podem se caracterizar como violência, causando danos físicos nas mulheres (SILVA *et al.*, 2015).

Por falta de informações ou até mesmo por medo de falar, a população feminina fica vulnerável a procedimentos desumanos realizados por profissionais de saúde. Essas intervenções, muitas vezes desnecessárias, estão aumentando consideravelmente. Diante desse cenário, as mulheres sentem falta de algo que possa resguardá-las, e que garanta a elas o atendimento de qualidade e procedimentos que realmente lhe sejam necessários. (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

A violência obstétrica é considerada um grande problema, devido a sua ocorrência elevada. Os danos causados são mais do que uma simples cicatriz, deixam sentimentos de desvalorização e impotência nas mulheres vítimas desse ato, lembranças marcadas por toda vida (SILVA *et al.*, 2015).

Diante do contexto acima, o foco deste estudo envolve a violência obstétrica, que engloba desde o parto ao nascimento, analisando o direito de autonomia da mãe durante todo esse processo, pois esta tem todo direito de decisão como usuária do serviço e cidadã. Portanto, o objetivo desta pesquisa é conhecer o fenômeno da violência obstétrica, suas formas e o meio em que se insere.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, método da Prática Baseada em Evidência (PBE), que tem como objetivo relacionar e agregar resultados de diversos estudos com um determinado tema, buscando mais conhecimentos sobre este. Possibilita na tomada de decisões, de forma que traga melhoria sobre o assunto estudado e estabeleça os pontos positivos e os pontos que necessitam de intervenções, como novos estudos.

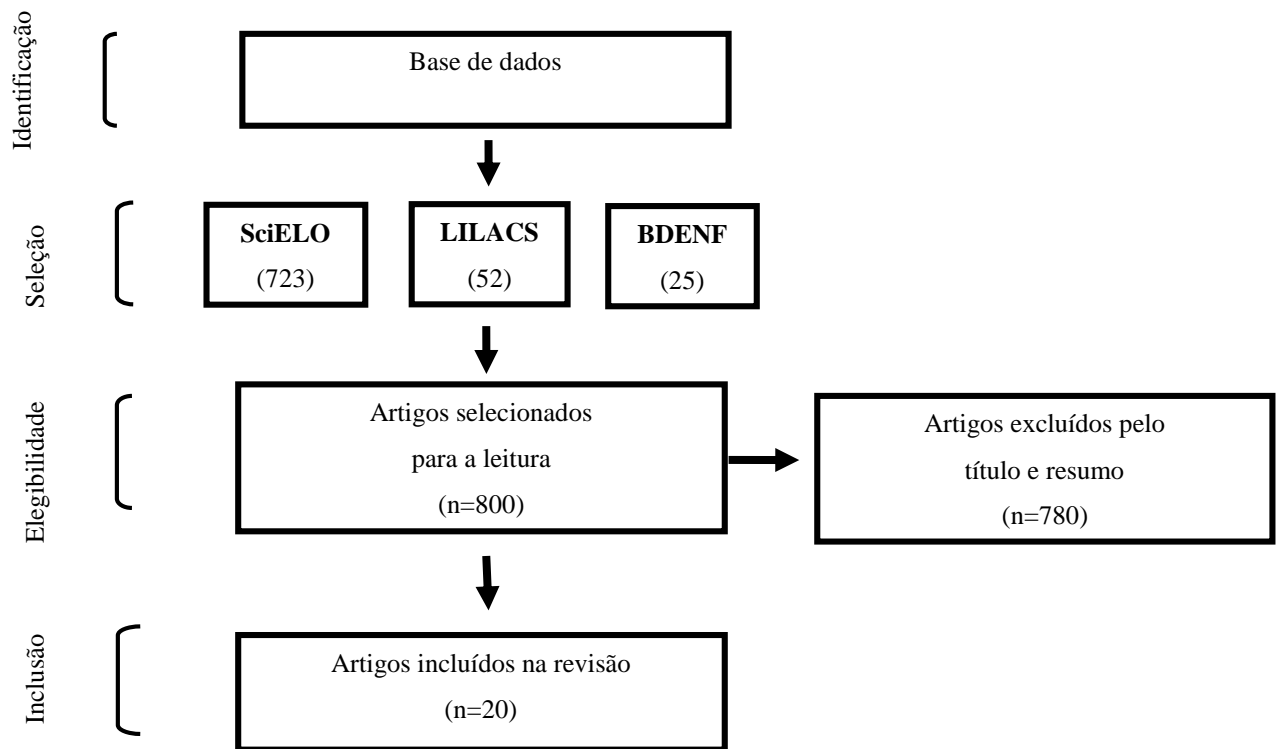
Realizou-se uma busca online da literatura, entre os meses de maio e junho de 2018 nas bases de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde- LILACS, Scientific Electronic Library online- SciELO e Base de Dados da Enfermagem- BDENF. Os descritores utilizados foram “gravidez“, “trabalho de parto”, “violência”, “violência obstétrica” e “profissionais”. Para a realização da pesquisa avançada, os descritores citados foram cruzados e combinados, utilizando-se o operador booleano AND.

Para critérios de inclusão: publicações que abordavam sobre a violência obstétrica e tivessem o assunto presente no título, com texto completo nos idiomas inglês, português e espanhol, publicados nos últimos 5 anos.

Foram excluídas publicações que não possuíam relação com o tema e que não tinham presente no título, anuários repetidos, dissertações e manuais, artigos que não fossem dos últimos cinco anos e só no idioma inglês.

Foi encontrado um total de 800 publicações que, após a leitura do título, resumo e mediante os critérios de elegibilidade, resultaram em 20 artigos. A esquematização do processo de escolha dos artigos pode ser observada na figura 1.

Figura 1- Fluxograma de seleção dos artigos para a revisão integrativa



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A interpretação dos resultados foi baseada nos dados literários a fim de compará-los a partir das análises das publicações. Com a finalidade de uma maior compreensão da busca realizada e categorização dos estudos, foi elaborada uma sinopse, que será apresentada a seguir no quadro 1.

Quadro 1- Artigos selecionados para síntese da revisão integrativa, segundo título, autor/ano, tipo de estudo e resultados.

ARTIGO	AUTOR/ANO	TIPO DE ESTUDO	RESULTADOS
1- Uma dor além do parto: violência obstétrica em foco	SAUAIA, AS; SERRA, CMM, 2016.	Estudo exploratório	Teve como achado que uma forma de violência obstétrica abordada é a violência de gênero específico. Havendo também condutas e/ou omissões por parte dos profissionais de saúde.
2-Violência obstétrica no ambiente hospitalar: Relato de experiência sobre incoerência e controvérsias	SILVA, JK; MERCÊS, MC, 2015.	Estudo qualitativo e descritivo	Foram achados como maior abordagem os tipos de violência psicológica, física e institucional.
3-Percepção das mulheres sobre violência obstétrica	OLIVEIRA, TR; <i>et al.</i> , 2017.	Estudo descritivo, exploratório, de abordagem quantitativa	Dentre 20 mulheres que procuram atendimento em maternidades públicas, a maioria relata ter sofrido atos de negligência na assistência, assim como também ato de agressão verbal.
4-Violência obstétrica vivencias de sofrimento entre gestantes no Brasil.	BARBOZA, LP; MOTA, A; 2016	Revisão de literatura	Foram achados atos de negligência com a falta de transmissão de informação.
5-Violência obstétrica e suas perspectivas na relação de gênero	QUEIROZ, TC, <i>et al.</i> , 2017.	Estudo exploratório através de uma revisão da literatura	Foram achados atos de violência em questão de gênero, violência institucional com ocorrência de negligência na assistência.
6-Fatores associados à ocorrência de violência obstétrica institucional: uma revisão integrativa de literatura	SOUZA, A.B <i>et al.</i> , 2016.	Revisão integrativa	Foram achados dados que revelaram que as mulheres reconheceram práticas discriminatórias e tratamentos grosseiros
7- A violência obstétrica como prática no cuidado na saúde da mulher no processo parturitivo: análise reflexiva	RODRIGUES, D. P <i>et al.</i> , 2015.	Revisão narrativa da literatura	Diante do exposto, a autonomia da mulher é inibida quanto à sua posição e movimentação no trabalho de parto, como o direito do banho durante o processo.

8-Violência obstétrica: Perspectiva da enfermagem.	ANGELINA, A. <i>Set al.</i> , 2015.	Estudo qualitativo, descritivo e exploratório	Foram achados dados que mostram deficiência de pesquisa que aborda esse tema. Assim são necessárias buscas e pesquisas novas para haver mudanças de paradigma, no entanto percebemos que esse processo pode ser lento e gradual.
9-Violência obstétrica: a violação dos direitos da parturiente e a desumanização do parto	SANTOS, M.B. B, 2016.	Pesquisa bibliográfica ou descritiva	Foram achados dados que mostram que a cesárea é predominante no Brasil, e ocorre de forma desumanizada. E também ocorrem procedimentos desnecessários que deveriam ser usados apenas para casos específicos.
10- Violência obstétrica: como o mito “parirás com dor” afeta a mulher brasileira	ALVARENGA, S.P; KALIL, J.H, 2016.	Pesquisa qualitativa com referencial teórico-metodológico	Foi constatado que grande parte das violências obstétricas não são julgadas por falta de informações das partes que sofreram a violência.
11-Violência obstétrica: ofensa à dignidade humana	PEREIRA, J.S <i>et al.</i> , 2016.	Revisão de literatura	Foram achados dados que mostram que os profissionais têm inúmeras atitudes que desvalorizam e desrespeitam a dignidade da mulher durante todo o processo de parto, antes, durante e depois.
12- Violência obstétrica	ALMEIDA, L.N; SANTOS, A.D. M; REIS, E.C 2017.	Pesquisa bibliográfica	Os dados afirmam que a violência obstétrica ocorre não somente nas unidades públicas, ocorre também no âmbito privado, e o índice dessa violência é muito grande.
13-. Violência obstétrica no Brasil: casos cada vez mais frequentes	ESTUMANO, V.K.C <i>et al.</i> , 2017.	Revisão de literatura, qualitativa	Foi verificado que os serviços de assistência voltados ao período perinatal também causa algum tipo de violência à mulher, tornando-a vítima desse serviço, já que esta depende dos serviços de saúde.
14-Percepções de puérperas vítimas de violência institucional durante o trabalho de parto e parto	PÉREZ, B.A.C; OLIVEIRA, E.V; LAGO, M.S 2015.	Revisão de literatura, qualitativa	Constatou-se que o gênero influencia para que ocorra a violência institucional, devido à atitude dos profissionais na tentativa de dominar tanto o corpo como a mente da mulher, persuadindo e invadindo

			sua privacidade e seus direitos.
15-Violência institucional obstétrica no ambiente hospitalar	FRANCA B.S. S 2014.	Revisão de literatura, qualitativa	Foi observado que quanto mais informações sobre os procedimentos a serem realizados com as gestantes, menos sentimentos de medo e ansiedade elas terão, e isso as encoraja na hora do parto.
16- Violência obstétrica: Uma análise das consequências	SANTIAGO, D.C; SOUZA, W.K. S; NASCIMENTO, R.F. 2017.	Revisão de Literatura	Foram achados dados em que a maior parte das mulheres sofre violência obstétrica, entre estes: desrespeitos, maus-tratos e negligência na assistência.
17-Violência Obstétrica: a dor que cala	ANDRADE, B.P; AGGIO, C.M, 2014.	Estudo descritivo exploratório com abordagem qualitativa	Podem ser encontrados casos de injúria verbal, estudo foi com mulheres de 18-31 anos, com até 4 filhos e estudo ensino médio incompleto
18- O papel do enfermeiro à frente a violência obstétrica	MATOSO, L.M. L, 2018.	Pesquisa bibliográfica integrativa	Foram achados procedimentos desnecessários, verbalizações violentas em que há uma grande necessidade de cuidados que busquem amenizar a violência obstétrica.
19- Violência obstétrica institucional no parto: percepção de profissionais da saúde	CARDOSO, F.J. C <i>et al.</i> , 2017.	Estudo descritivo, exploratório, qualitativo	Foram achados dados em que a maioria dos profissionais da saúde já tiveram ou ainda têm contato com o tema violência obstétrica e, dessa maioria, apenas 15% relataram ter cometido o ato da violência obstétrica.
20-Violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa	ZANARDO, G.L.P <i>et al.</i> , 2017.	Revisão narrativa	Os dados apontam para a necessidade de estudos sobre esse tema, e documentos legais a favor dele, para defender as mulheres e que criminalizem quem pratica a violência obstétrica, necessitando de mudanças na assistência, intervindo para que não ocorram procedimentos desnecessários e as violações aos direitos das mulheres.

Retomando o objetivo proposto de se conhecer o fenômeno da violência obstétrica, suas formas e o meio em que se insere, pode-se observar que, a partir da análise dos artigos inclusos, sua maioria aponta que as mulheres sofreram violência obstétrica e esta se fez por meio de maus-tratos, agressões verbais, desrespeito, atos de negligência, práticas discriminatórias, procedimentos desnecessários, inibição da autonomia e desvalorização das mulheres. Fatos que ocorriam no ambiente hospitalar tanto público como privado, antes, durante e depois do processo de parto.

Mesmo que muitas mulheres não definam bem as experiências vivenciadas durante o processo de gestação e parto como violência, é visto que, a partir dos relatos citados, sofreram algum tipo de violência obstétrica.

Nesse sentido, podem ser notadas as diversas formas de violência obstétrica e que comumente são divididas entre psicológica, física e institucional. A forma psicológica é causada por parte dos profissionais devido à falta de sensibilidade que oferecem tratamentos de forma agressiva e de forma negativa.

A violência física ocorre quando há procedimentos desnecessários ou realizados de forma inapropriada, sendo classificada como o tipo de violência mais recorrente nas maternidades nos tempos de hoje. E, por fim, a violência institucional, que engloba a falta de informação sobre os processos do parto, das etapas que a mulher irá passar naquele momento, como também a falta de informação acerca dos cuidados com as crianças (SILVA; MERCES, 2015).

Nota-se, pela análise dos artigos, que diariamente ocorrem atos de negligências na assistência não são abordados e nem esclarecidos os procedimentos a que a mulher será exposta nem suas etapas, assim como também não é informado quanto aos riscos e benefícios que a mulher e seu bebê estarão correndo. Também há relatos de violência verbal quando as mulheres foram expostas a palavras grosseiras, cujo objetivo maior era humilhar, que afetaram de forma significativa a vítima (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

A violência obstétrica é tratada como uma violência de gênero que tem a necessidade de ser abordada e ter um conhecimento de forma judicial, uma vez que a mulher gestante se torna vulnerável, sofrendo assim esse tipo de violência que acaba passando de forma despercebida (SAUAIA; SERRA, 2016).

A violência de gênero é abordada e considerada como o principal fator de adoecimento nas mulheres que foram expostas a esse tipo de situação, que causa sofrimento e adoecimento psíquico devido a tal fato. É comum a falta de informação que, mesmo sendo questionada pela mulher, é ignorada de forma negligencial vindo acompanhada de xingamentos e palavras de caráter agressivo (BARBOSA; MOTA, 2016).

A violência de gênero se faz também como uma forma de expor poderes, em que a relação paciente e profissional é tratada de forma irracional, com abordagem de forma desigual por parte dos profissionais. Muitos apresentam falta de conhecimento técnico-científico, e cometem atos de negligência e de omissões, além da exposição de poderes (QUEIROZ *et al.*, 2017).

Os profissionais que não informam sobre os procedimentos que serão realizados e o modelo de nascimento estão violentando os direitos das mulheres, pois esta tem que ser informada sobre os atos a serem realizados com ela durante o trabalho de parto e parto. Quando isso não é respeitado, ocorre a violência psicológica, ocasionada pela relação profissional-parturiente que anula o direito da mulher (RODRIGUES *et al.*, 2015).

Ressaltam-se duas categorias no direcionamento da discussão: a primeira categoria reflete sobre o tema humanização, que ressalta o direito ao atendimento de forma humanizada. A mulher tem voz de decisão sobre si, direito de saber sobre os procedimentos a serem realizados com ela, o atendimento é de forma integral, e os profissionais precisam estar aptos para prestar assistência com qualidade, de forma humanizada e respeitando os limites da mulher. Já a segunda falará sobre a violência propriamente dita e suas formas (ANGELINA *et al.*, 2015).

Há uma predominância de cesárea no Brasil que ocorre em sua maioria de forma desumanizada. O uso de procedimentos desnecessários desrespeita os direitos e a dignidade da mulher. O parto deve ser um momento mágico, lembrado com alegria, entretanto, quando ocorrem tais fatos, esse momento é marcado com tristezas pelas mulheres que o vivenciam. Logo, o direito da mulher deve ser preservado e respeitado durante o momento mais esperado por ela, o parto (SANTOS 2016).

A falta de informação pertinente deixa a mulher à mercê das vontades dos profissionais, tornando-as vulneráveis a sofrer algum tipo de violência. Assim sendo, é necessário que mantenham autonomia de suas decisões e comecem a buscar conhecimentos para lutar a favor dos seus direitos. A equipe de saúde também deverá colaborar, informando quaisquer procedimentos que venham a ser realizados, respeitando a mulher que necessita de atenção, assistência humanizada e com qualidade (ALVARENGA; KALIL, 2016).

Decorrente do grande número de violência obstétrica que ocorre no Brasil, das mais diversas formas, nota-se que esses fatos não são apenas relacionados às falhas nos procedimentos, na falta de comunicação entre os profissionais e pacientes, vai muito além. Ressalta-se que tudo citado anteriormente é de importante relevância, quando se trata de humanização no atendimento, nas medidas a serem tomadas mediante as situações que necessitam de assistência de qualidade. É notório que a violência ocorre na rede pública e privada, como a realização de procedimentos agressivos para acelerar o processo de parto, prejudicando o tempo fisiológico do parto (PEREIRA *et al.*, 2016).

Diversas gestantes passam pela violência no parto. A violência pode ser de característica física, psicológica, realização de procedimentos desnecessários, a exemplo de: episiotomia, manobra de Kristeller, realizada de forma brusca; pode ser verbal, tom de voz alterada, resposta grosseira do profissional e a falta de comunicação profissional/paciente (ALMEIDA; SANTOS; REIS, 2017).

Os estudos evidenciaram que a mulher gestante tem seus direitos infringidos antes, durante e depois do processo de parto, devido à falta de conhecimentos sobre seus direitos e dificuldade em garantir que estes sejam respeitados. A violência obstétrica ocorre tanto na rede de assistência particular, como na rede de assistência pública, ou seja, não difere em relação a valores sociais ou financeiros. São vários os tipos de violências que ocorrem, podem ser: físicas, psicológicas, desrespeito a sua autonomia, negligência nos serviços prestados, entre outras (ESTUMANO *et al.*, 2017).

A violência institucional, em alguns casos, ocorre devido ao funcionamento de forma incorreta do sistema, da falta de profissionalismo dos profissionais, que deixam seus valores socioculturais influenciarem no cuidado da assistência prestada. A prática médica em realizar partos iniciou-se por homens, estes estavam em uma posição privilegiada na sociedade e passaram a cometer atos questionáveis e, conseqüentemente, a violência no trabalho de parto e parto (PÉREZ. OLIVEIRA; LAGO, 2015).

A falta de reconhecimento da individualidade da mulher e a falta de respeito contra sua dignidade causam- lhe grande desconforto, medo, ansiedade e insegurança. Nesse mesmo contexto, são identificadas intervenções desnecessárias. O não reconhecimento de ações indevidas por parte dos profissionais contribui para que surjam atos desrespeitosos, maus-tratos e negligência, fatores esses que agridem fisicamente e psicologicamente a mulher (FRANCA, 2014; SANTIAGO; SOUZA; NASCIMENTO, 2017).

A falta de informação nos momentos mais necessários, que são nas consultas de pré-natal, é oriunda para a ocorrência de violência obstétrica, uma vez que a falta de conhecimento e a vulnerabilidade fazem com que os casos de violência passem despercebidos, como palavras ofensivas e injúrias (ANDRADE; AGGIO, 2014).

O diálogo profissional-paciente seria esclarecedor e traria benefícios na assistência, como também a capacitação dos profissionais em virtude das consultas de pré-natal, uma vez que oferecerá orientações e uma gestação com parto e pós-parto dignos (MATOSO, 2018).

Foi evidenciado que a violência obstétrica não ocorre somente devido ao tratamento inadequado para as mulheres em trabalho de parto, mas também por falta de material adequado, como exemplo: anestesia, falta de assistência humanizada, falta de profissionais para prestar atendimento de qualidade e com qualidade. A violência obstétrica é uma realidade que está cada vez mais presente

na sociedade, e o profissional deixa de lado os princípios éticos e morais, e acaba por praticá-la (CARDOSO *et al.*, 2017).

Há uma grande necessidade em promover o atendimento humanizado, com direito à qualidade de assistência para a saúde, não somente dos usuários, como também dos profissionais de saúde, por meio de ambiente e materiais adequados e mais seguros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos nesta revisão de literatura expressam que a falta de profissionalismo e a negligência dos profissionais são uma das causas geradoras da violência obstétrica, que ocorre de diversas formas, subdivididas em física, psicológica e institucional. A maioria das publicações apontaram que as mulheres já sofreram violência obstétrica, em meio ao ambiente hospitalar seja de assistência pública ou privada.

A violência obstétrica não é fato novo, pode-se dizer que passa despercebido pela falta de conhecimento e de abordagem adequada diante de todos os envolvidos. São necessárias mudanças na assistência prestada às usuárias, medidas que evitem intervenções desnecessárias antes, durante e após o processo de parto e melhor conhecimento das mulheres acerca de seus direitos e poder de autonomia que possuem.

A junção entre saber técnico e científico das fases da gravidez e do parto mostra a necessidade de se ter uma assistência adequada e de qualidade. Dessa forma, é imprescindível haver medidas de prevenção contra a violência obstétrica, como a capacitação dos profissionais atuantes nesse meio, para que haja venha à diminuição ou até mesmo a erradicação dos casos hospitalares de tal violência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L.N; SANTOS, A.D.M; REIS, E.C. Violência obstétrica. **Rev. Iniziare**, V.2 n°1, jan/jun, 2017.

ALVARENGA, S.P; KALIL, J.H. Violência obstétrica: como o mito “parirás com dor” afeta a mulher brasileira. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, V.14 n°2, p.641-649, agos/dez. 2016.

ANDRADE, B.P, AGGIO, C.M. Violência obstétrica: a dor que cala. **Rev. Viol. Contra mulher e pol.** p. 1-7, Pub. 2014.

ANGELINA, A.S *et al.* Violência obstétrica: Perspectiva da enfermagem. **Rev. Rede de Cuidados em Saúde**, V.9 n°2, 2015.

BARBOZA, L.P; MOTA, A. Violência obstétrica: vivências de sofrimento entre gestantes do Brasil. **Rev. Psicologia, Diversidade e Saúde**, V.5 n°1, p.119-129, Salvador. 2016.

CARDOSO, F.J.C *et al.* Violência obstétrica institucional no parto: percepção de profissionais da saúde. **Rev enferm**, V.11 n°9, p. 3346-3353, UFPE, Recife, 2017

ESTUMANO, V.K.C *et al.* Violência obstétrica no Brasil: casos cada vez mais frequentes, **Revista científica de enfermagem**, V.7 n°19, p.83-91, São Paulo, 2017.

FRANCA B.S.S *et al* Violência institucional obstétrica no ambiente hospitalar. **Rev. Rede de Cuidados em Saúde**, V.8 n°2, 2014

MATOSO, L.M.L. O papel do enfermeiro frente à violência obstétrica. **Rev. Eletrônica da FAINOR**, V.11 N°1, jan/abr. 2018

OLIVEIRA, T.R. *et al.* Percepção das mulheres sobre violência obstétrica, **Rev. De Enfermagem**, V.11 n°1, p.40-46, jan. 2017.

PEREIRA, J.S *et al.* Violência obstétrica: ofensa à dignidade humana. **Rev. Bras. de Cirurgia e Pesquisa Clínica**, V. 15 n°1, p.103-108, jun/agos 2016.

PÉREZ, B.A.C; OLIVEIRA, E.V; LAGO, M.S. Percepções de puérperas vítimas de violência institucional durante o trabalho de parto e parto: Revisão integrativa. **Revista Enfermagem Contemporânea**. V.4 n°1, Jan/jun 2015.

QUEIROZ, T.C.; *et al.* Violência Obstétrica e suas perspectivas na relação de gênero. **Rev. Cient. Fagoc Saúde**, V. 2 n° 2, p. 65-72, 2018.

RODRIGUES, D. P *et al.* A Violência obstétrica como prática no cuidado na saúde da mulher no processo parturitivo: Análise reflexiva. **Rev. de Enfermagem**, V.9, p.8461-7, junho, 2015.

SANTIAGO, D.C; SOUZA, W.K.S, NASCIMENTO, R.F. Violência obstétrica: Uma análise das consequências. **Rev. Científica da Fasete**, 2017.

SANTOS, M.B.B. Violência obstétrica: a violação dos direitos da parturiente e a desumanização do parto. **Rev. de direito UNIFACEX**, V.7 n°1, p. 1-23, 2016.

SAUAIA, Artemira da Silva e Silva; Serra, MAIANE; Cibele de Mesquita. Uma dor além do parto: Violência obstétrica em foco. **Rev. De direitos humanos e efetividade**, v.2, p.128-147, jan/jun. 2016.

SILVA, J.K *et al.* Violência Obstétrica No Ambiente Hospitalar: Relato de Experiência sobre incoerências e controvérsias, **Rev. De enfermagem**, dez, 2015.

SOUZA, A.B *et al.* Fatores associados à ocorrência de violência obstétrica institucional: uma revisão integrativa da literatura. **Rev. Científica Med**, V.25 n°3, p.115-128, Campinas, 2017.